

Concentração Fundiária e relações de produção na Itália Republicana (séculos III-I a.C.)

José Ernesto Moura Knust

(Niep-Prék/UFF)

zeknust@gmail.com

O tema que pretendo abarcar nesta apresentação é o impacto da expansão do poder aristocrático sobre as comunidades camponesas durante o processo de conquista romana da Itália entre os séculos III e I a.C., tema que podemos considerar, há muito tempo, clássico. Por que, então, voltar a ele? Não só porque sempre é necessário retomar os temas clássicos, não só porque este tema nunca saiu do centro de grandes debates historiográficos, mas principalmente porque acredito que uma nova abordagem, calcada no materialismo histórico, se faz extremamente necessária. Pretendo neste momento muito mais identificar um problema de pesquisa do que lhe propor soluções definitivas.

Para tentar identificar este problema de pesquisa, minha apresentação se dividirá em dois momentos. Primeiro, a partir da construção de um tipo específico de abordagem, identificaremos uma temática ampla sobre o problema da apropriação do solo e das relações sociais de produção. Em seguida, sob a luz das considerações tecidas no primeiro momento, delimitaremos um problema específico que acredito ser fundamental para o debate sobre a História Agrária Romana. Vamos então a este primeiro momento.

Sociedade romana e as comunidades agro-pastoris italianas

Dentro de suas grandes controvérsias, um dos poucos consensos identificáveis na historiografia dedicada ao estudo da História Econômica e Social da Roma Antiga se dá sobre a caracterização da sociedade romana como essencialmente rural. Essa característica geográfica da ocupação do espaço pela população da sociedade romana carrega consigo um significado sócio-econômico simples e importante: a maior parte da população dessa sociedade era composta por membros de comunidades rurais que obtinham sua satisfação de necessidades a partir do cultivo dos campos e da criação de animais.

Isto significa que a vida social para a maioria da população da sociedade romana estava fundamentada na comunidade local, na apropriação de uma parcela do solo, nas relações de parentesco e vizinhança, nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais em um nível local (Dyson, 1992: 1). Apesar desta caracterização ser pouco questionável, a historiografia tem dado pouca atenção ao estudo da vida social nessas comunidades agrário-pastoris (*Ibid.*: 3).

Os seres humanos que vivem em comunidades agro-pastoris, assim como todos os seus pares históricos, precisam “estar em condições de viver para poder fazer a história” (Marx & Engels, 2007: 32), o que só é possível alcançar através da constituição de relações sociais com



outros membros de sua comunidade e com o meio ambiente em que esta se insere. A especificidade dos seres humanos que vivem em comunidades agro-pastoris é o fato de que sua apropriação da natureza, em especial do solo, e as relações sociais que perpassam a construção de tal apropriação são os elementos em que se baseia a vida social dos agentes históricos. Isto é, a reprodução da vida social nessas comunidades depende de maneira orgânica da forma como os membros da comunidade se apropriam dos recursos da natureza e das relações sociais comunitárias que eles estabelecem nesse processo de apropriação. Estamos tratando de sociedades comunitárias nas quais o pressuposto da apropriação do produtor das condições naturais do trabalho é a sua existência como membro de uma comunidade, o que difere diametralmente da realidade de nossa sociedade capitalista contemporânea, na qual o produtor encontra-se alienado de suas condições naturais do trabalho, e suas relações sociais se constroem sobre o fundamento das relações de trabalho assalariado (Marx, 1975: 77-78).

Ao afirmar a centralidade do problema da apropriação do solo e das relações sociais de produção para a história romana, duas confusões precisam ser evitadas. A primeira é a visão “jurisdicista” sobre o problema da apropriação. A propriedade da terra não pode ser analisada como uma simples questão de estatuto jurídico de “proteção do adquirido”; devemos pensá-la como “uma *apropriação real*, pelos indivíduos, no seio e por intermédio de uma forma social dada, das condições naturais da existência” (Cardoso, 1971. 2009). Assim, o problema do estatuto jurídico de uma propriedade sancionado pelo aparato legal do Estado, apesar de imensamente relevante para o estudo de uma dada sociedade, não encerra a análise da apropriação real da natureza e de seus recursos pelos agentes históricos.

A segunda confusão potencial é a visão “economicista” acerca dessas questões. Não se pode pensar a apropriação da natureza e a construção de relações sociais de produção no âmbito da comunidade agro-pastoril apenas nos termos daquilo que identificamos como atividades econômicas na nossa sociedade capitalista. Atividades que na sociedade capitalista se manifestam em âmbitos separados daquilo que entendemos como econômico, como rituais e festas religiosas ou criação de sistemas de parentesco, são fundamentais para se entender o problema da apropriação da natureza e das relações sociais de produção neste contexto.

Na verdade, tais instituições “não-econômicas” são importantes justamente porque as atividades que pretendemos analisar se dão *através* delas, dado que ali estão institucionalizadas (Polanyi, 1976: 295). Assim, um ritual religioso que institui uma relação sagrada entre a comunidade agro-pastoril e o solo que ela cultiva não é mero reflexo superestrutural da relação estrutural de apropriação do solo por parte de tal comunidade – o ritual é parte fundamental do próprio processo de apropriação, e a atividade econômica de apropriação do solo está institucionalizada neste ritual religioso. Ou ainda outro exemplo: um sistema de parentesco que estabelece formas de prestação de trabalho não é, também, mero reflexo superestrutural de uma base econômica – ele próprio é parte da criação das relações sociais de produção desta sociedade, que nele se institucionalizam (Godelier, 1986: 18-20).

Estas considerações iniciais resumem idéias que acredito serem fundamentais para o estudo da expansão do poder fundiário da aristocracia e seu impacto nas comunidades agro-pastoris. Passemos, então, ao já anunciado segundo momento desta apresentação.

Expansão do poder fundiário da aristocracia e seu impacto nas comunidades agro-pastoris

Segundo uma concepção bastante estabelecida e ainda muito influente, o período de expansão do poder romano sobre a Itália seria marcado por um processo de crise do campesinato italiano. Esta crise estaria relacionada aos constantes conflitos na Itália (em especial a invasão de Aníbal na Segunda Guerra Púnica), aos maciços alistamentos militares a que os camponeses eram submetidos neste período e ao enriquecimento da aristocracia romana, que teria feito pesados investimentos na aquisição de terras e na compra de escravos que acabaram substituindo os camponeses na produção agrícola.

Uma das conseqüências mais importantes dessa crise do campesinato teria sido uma mudança no padrão fundiário italiano, especialmente na região central da costa tirrênic. O antigo padrão fundiário do período protorrepúblicano, baseado em pequenas propriedades familiares camponesas, teria sido substituído pelo tão comentado “modelo da *Villa*”, baseado em propriedades aristocráticas de tamanho mediano cuja produção seria baseada no trabalho escravo e voltada para a comercialização. Segundo esta visão tradicional, o período de expansão do poder romano sobre a Itália teria sido marcado por um grande processo de expropriação de camponeses de seu principal meio de produção, a terra.

Nas últimas décadas, tal tese tradicional de Crise do Campesinato tem sofrido diversas críticas que apontam para o fato de o campesinato ter se mantido como o grupo social mais numeroso da sociedade romana. Segundo esta visão crítica, por mais importantes que tenham sido as *Villae* em algumas regiões da Itália Romana, elas sempre se mantiveram como apenas uma entre várias formas de propriedade fundiária – e a maior parte das terras continuou apropriada pelas pequenas propriedades camponesas.

A partir deste debate criou-se um cenário historiográfico no qual alguns buscam sustentar a importância da escravidão para a produção agrícola italiana, subestimando a importância do campesinato para a economia (e da exploração deste para a sustentação das classes dominantes), enquanto outros buscam diminuir o peso dos escravos na realidade rural para destacar a importância do campesinato livre.

Considero que ambas as abordagens precisam ser revisadas. Por um lado, a idéia de que os escravos teriam substituído o campesinato livre na produção agrícola da Itália romana é, certamente, um exagero. Mesmo autores que apontam para a importância da escravidão no meio rural reconhecem que maior parte da população rural italiana era composta por camponeses livres (Hopkins, 1978: 8). Por outro lado, porém, a tese de que a escravidão antiga teria sido majoritariamente urbana e que a participação dos escravos no trabalho agrícola era quase irrelevante parece contradizer o que algumas das mais valiosas fontes primárias sobre o assunto têm a nos dizer, como os tratados dos “agrônomos latinos” (Knust, 2011: 204-211). Assim, devemos observar que escravos e “camponeses livres”, pequenas propriedades camponesas e *Villae* escravistas da elite romana conviveram no espaço rural da Itália Central Tirrênica entre os séculos III e I a.C..

Acredito que um estudo privilegiando o problema das formas de apropriação do solo e das relações sociais de produção pode representar uma abordagem enriquecedora para o estudo do desenvolvimento histórico dessa convivência entre propriedades escravistas e comunidades agro-pastoris na Itália romana.

Uma das questões centrais do debate, o investimento aristocrático das riquezas obtidas pela expansão imperial em propriedades fundiárias (que resultou em um processo de concentração do poder fundiário na mão das aristocracias romana e italianas) só pode ser entendido se relacionado com o problema das formas de extração do excedente dos produtores diretos – pois de nada adiantaria o controle sobre a terra se não houvesse controle sobre seres humanos para trabalharem tal terra. Moses Finley e Ellen Wood já nos mostraram que para entender o desenvolvimento da escravidão em uma sociedade é necessário entender o processo de luta entre os grupos sociais pré-existentes naquela sociedade, em especial entre senhores de terra e camponeses (Wood, 2002: 21-22; Finley, 1991: 88-93); desta forma, para entender o desenvolvimento de novas formas de propriedade fundiária e relações sociais de produção dinamizadas por esse aumento do poder aristocrático (com o qual o desenvolvimento da escravidão se relaciona), é necessário estudar as relações entre estas novas formas e a situação histórica das comunidades agro-pastoris.

Desta forma, surge um problema fundamental: qual a relação entre o desenvolvimento histórico das relações sociais de produção e das formas de apropriação do solo dentro das comunidades agro-pastoris e o desenvolvimento de novas formas de relações sociais de produção e de apropriação do solo dinamizadas pelo crescimento do poder da aristocracia romana e italiana? Para ilustrar este problema, podemos analisar rapidamente alguns aspectos referentes ao que se convencionou chamar de “sistema da *Villa*”.

Um dos elementos distintivos da *Villa* é seu caráter inovador na relação com a terra e a comunidade que habitava a região em que ela se instalava. Esta inovação é marcada por certo “isolamento” que a *Villa* impunha à localidade, diferenciando-se de formas mais comunitárias de apropriação do solo (Guarinello, 1993: 30-31). As famílias camponesas podiam ser proprietárias de parcelas da terra, mas isso não as isolava da comunidade – as terras comunais ainda eram importantes, assim como o trabalho comunitário baseado em sistemas de reciprocidade (Kuziscin, 1986: 117-122).

As *Villae*, pelo contrário, caracterizavam-se por modificar a forma de relação com a comunidade na apropriação do solo, isolando-se, em algum nível, dela. Esta apropriação do solo de maneira “isolada” não é possível sem o estabelecimento de relações sociais de produção que permitam tal “isolamento”, pois o controle sobre o solo não é nada sem o controle sobre a força de trabalho para trabalhá-la. Dessa maneira, a existência de uma forma de apropriação do solo está intimamente ligada às formas de relação social de produção que se estabelecem para sua exploração.

O escravo é justamente uma pessoa sob o poder absoluto do senhor e que, em algum nível, tem suas relações sociais alienadas. Ao utilizar escravos como força de trabalho “fixa” das *Villae*, os grandes proprietários romanos conseguiam diminuir a necessidade de exploração do trabalho das comunidades locais em que tinham suas propriedades. Esta exploração continuava necessária, certamente, em momentos específicos do ano agrícola, mas já não era a base da produção ao longo de todo o ano. Esta ficava a cargo de trabalhadores que tinham suas relações sociais, ao menos em tese, sob o controle do senhor. Sendo assim, a inserção dos trabalhadores escravizados pode ser visto justamente como o elemento que permite o tal nível de “isolamento” da *Villa* frente ao resto da comunidade: ao utilizar como trabalhadores pessoas isoladas, em algum nível, do corpo social, os proprietários romanos conseguiam criar uma propriedade isolada, no mesmo nível, das relações agrárias comunitárias do campesinato da região.

Porém, o desenvolvimento da escravidão e de formas de propriedade da terra pelas aristocracias relacionadas à escravidão (como as *Villae*) não eram fatores apenas de expropriação de terras das comunidades agro-pastoris. Além de privar a comunidade do acesso a uma parcela do solo da região, as propriedades baseadas no trabalho escravo dinamizavam novas formas de relações sociais de produção entre a aristocracia e essas comunidades: como a necessidade de trabalho na agricultura mediterrânea varia muito ao longo do ano agrícola (Erdkamp, 1999: 557-558), em certas épocas do ano (como na colheita) as propriedades escravistas precisavam de uma quantidade importante de trabalho sazonal, que era obtido muitas vezes nas comunidades agropastoris vizinhas (Rathbone, 1981: 19; Garnsey, 1988: 56). Sendo assim, o “sistema da *Villa*” não envolve apenas a exploração do trabalho escravo –faz parte de tal sistema uma relação específica de exploração do trabalho das comunidades camponesas vizinhas à *Villa*.

Neste sentido, é importante notar que essas relações entre o campesinato vizinho e a *Villa* não teriam a mesma forma se não houvesse o trabalho “fixo” escravo. É a existência deste trabalho “fixo” que estabelece a possibilidade de existência das relações de trabalho sazonais entre a propriedade “isolada” e a comunidade vizinha, pois se não houvesse tal trabalho escravo, não haveria propriedade “isolada” da comunidade, já que ela teria que ser trabalhada por tal comunidade. Se para trabalhar suas propriedades fundiárias, um aristocrata romano não utilizasse (por qualquer motivo que fosse) escravos, a relação com a comunidade local se transformava completamente, pois ele teria que impor outras formas de extração de excedentes a estas comunidades.

Talvez o melhor exemplo de relação alternativa entre aristocracia e campesinato ao “sistema da *Villa*” seja o arrendamento de terras. Bastante atestado para o mundo rural italiano, tal prática vem recebendo uma atenção crescente da historiografia. Na verdade, o arrendamento de terras pode assumir formas muito heterogêneas entre si, incluindo até mesmo o uso de trabalho escravo por parte dos arrendatários –que poderiam ser tanto fornecidos pelo proprietário como pelo arrendatário (De Neeve, 1984: 170). Também é verdade que uma *Villa* poderia, ao mesmo tempo, ter parte de seu *fundus* arrendado a alguns membros da comunidade vizinha, enquanto mantinha uma força de trabalho fixa escrava e se utilizava do trabalho sazonal da comunidade (sejam os seus arrendatários ou não). Contudo, o fato que apontamos não muda: sem a existência de uma força de trabalho fixa escrava, as relações da propriedade aristocrática com a vizinhança seriam totalmente diferentes.

Por um lado, temos a imposição de uma apropriação do solo que obriga os produtores locais, que trabalham aquela terra a pagar tributos ao poder supra-local pelo uso do solo que, por imposição deste poder, não lhes pertence juridicamente. Essa realidade identifica-se com o que Horden e Purcell chamam de fenômeno do “latifundismo”. Mais do que a formação de grandes propriedades privadas, o “latifundismo” é um processo de construção do controle por poderes supra-locais de várias propriedades em diversas “micro-regiões” do Mediterrâneo que (isto é o fundamental) não “colonizam” uma terra vazia criando uma forma de produção totalmente nova; pelo contrário, se impõe sobre uma região já ocupada, com sua organização produtiva e hierarquias sociais específicas, que o “latifúndio” não pretende reformular, apenas subordinar com o intuito de obter a extração de excedentes (Horden & Purcell, 2000: 279-283).

A *Villa*, por sua vez, é uma forma de inserção do poder supra-local na comunidade rural que se baseia na apropriação privada “isolante” de uma parcela de terra, trabalhada por escravos (“isolados socialmente” da comunidade), e que dinamiza relações de trabalho sazonal com tal

comunidade. Temos, aqui, a tal “simbiose” entre trabalho escravo e trabalho assalariado de que fala Finley (Finley, 1991: 80). A possibilidade da existência de formas híbridas de exploração do solo, que associem o trabalho escravo e o arrendamento, não muda o fato de se tratarem de duas formas bastante distintas de exploração de produtores diretos.

A partir destes exemplos percebe-se que existe uma relação imediata entre os desenvolvimentos históricos das formas de apropriação do solo e das relações de produção dinamizadas pela expansão do poder aristocrático com as formas de apropriação do solo e das relações de produção construídas pelas comunidades agro-pastoris, e esta dinâmica histórica precisa ser mais bem estudada.

Bibliografia citada

- Cardoso, C. (2009) *Economia e Trabalho no Antigo Egito*. Relatório inédito da Bolsa de Produtividade do CNPq (texto cedido pelo autor). Niterói.
- De Neeve, P. (1984) *Colonus. Private farm-tenancy in Roman Italy during the Republic and Early Principate*. Amsterdã: J.C. Gieben.
- Dyson, S. (1992) *Community and Society in Roman Italy*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.
- Erdkamp, P. (1999) “Agriculture, Underemployment, and the cost of rural labour in the Roman World”. *Classical Quarterly*, vol. 49, no. 2.
- Finley, M. (1991) *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal.
- Garnsey, P. (1988) *Famine and Food supply in the Graeco-Roman World*. Cambridge University Press.
- Godelier, M. (1986) *The Mental and the Material. Thought Economy and Society*. Verso.
- Guarinello, N. (1993) *Ruínas de uma Paisagem. Arqueologia das casas de fazenda da Itália Antiga (VIII a.C.-II d.C.)*. São Paulo: PPGAS-USP (Tese de Doutorado).
- Hopkins, K. (1978) *Conquerors and Slaves. Sociological studies in Roman History*. Volume 1. Cambridge University Press.
- Horden, P. & Purcell, N. (2000) *The Corrupting Sea. A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell.
- Knust, J. (2011) *Senhores de Escravos, Senhores de Razão. Racionalidade Ideológica e Villa Escravista na República Romana (séculos II e I a.C.)*. Niterói: PPGH-UFF (Dissertação de Mestrado).
- Kuziscin, V. (1986) “L’azienda contadina dell’antica Roma come modello economico”. In: Biezunska-Malowist (org.) *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L’Erma di Bretschneider.
- Marx, K. (1975) *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Editado por Eric Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Marx, K. & Engels, F. (2007) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Polanyi, K. (1976) “La Economía como actividad institucionalizada”, in: Polanyi, Arensberg & Pearson, *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universitaria Monografias.
- Rathbone, D. (1981) “The development of agriculture in Ager Cosanus during the Roman Republic: Problems of evidence and interpretation”. *The Journal of Roman Studies*, vol. 71.
- Wood, E. (2002) “Landlords and Peasants, Masters and Slaves: Class Relations in Greek and Roman Antiquity”. *Historical Materialism*, vol. 10, no. 3, 2002.

Comentarios

Carlos García Mac Gaw: Muchas gracias a José [Knust] por este trabajo. Tengo varias cosas para comentar, pero me voy a concentrar sobre la idea central del trabajo, que es la cuestión del aislamiento de la *villa*.

En principio, señalaría algunos aspectos generales de la cuestión de la *villa*. Uno es que hay una tendencia, en general, a hacer una extensión del fenómeno de la *villa* a períodos en los cuales arqueológicamente no se constata. En general, en la historiografía tradicional, como bien señalás acá, el siglo III después del fin de la segunda guerra púnica, aparece como el punto de inflexión, especialmente a partir de autores como Finley, De Ste Croix o Brunt, para señalar el desarrollo de lo que ellos consideran una sociedad esclavista o plenamente esclavista. La *villa* aparece como la unidad productiva sobre la cual se construye este sistema de explotación. Pero la *villa* aparece como unidad productiva frecuente y con las condiciones de un sistema de plantación, de explotación de esclavos (lo cual después se puede criticar), arqueológicamente a comienzos del siglo I. Es decir que hay dos siglos de diferencia entre el supuesto comienzo del sistema sobre una unidad productiva que es inexistente hasta un período posterior. Esto para mí ya es un problema de lo cual no da cuenta la historiografía tradicional; porque en realidad el modelo de desarrollo del sistema de explotación esclavista o del modo de producción esclavista más tradicional es muy fuerte, porque se corresponde con algunos elementos que, de hecho, son objetivamente así. Podríamos decir que se pueden matizar los fenómenos, como vos bien decís acá. Se puede matizar, actualmente se hace, la cuestión de la despoblación de ciertas áreas centrales itálicas. Incluso hay autores que vienen a plantear una visión inversa, que habría un fenómeno de crecimiento demográfico y no de decrecimiento, que esto sería una percepción de algunos sectores sociales. De todas maneras, sabemos que no se puede hacer estudios de demografía para la historia antigua porque no hay datos, o sea, todas son apreciaciones muy parciales, muy fragmentarias. En este sentido, se ha impuesto un modelo sobre este criterio del despoblamiento y de la crisis demográfica para explicar el reemplazo de la fuerza de trabajo libre por la fuerza de trabajo esclava y, como es un buen modelo -como dice Keith Hopkins (2002), lo importante de un buen modelo no es que sea cierto, sino que, efectivamente, funcione como verídico y que sea difícil de atacar desde el punto de vista de sus lógicas internas. Este es un modelo historiográfico que se ha impuesto, que es difícil de atacar desde sus lógicas internas, esta es la verdad. Sin embargo hay elementos, como esta cuestión de la aparición más tardía de la *villa*, que ponen en duda alguno de estos presupuestos. Entonces estos elementos, como vos decís, han sido matizados y vos hacés hincapié en uno, que parecería central en tu trabajo, a saber: el aislamiento de la *villa*. Me parece que es una idea que puede ser trabajada, pero sería muy cuidadoso por el alcance que uno le otorgaría a esta idea de aislamiento, por varias razones: primero, porque muchas veces las comunidades, a las cuales se hace referencia acá como elemento contradictorio al desarrollo de la *villa* como unidad productiva, son producto de transformaciones políticas y no tradiciones económicas largas. Esto es un elemento que en algunos sitios de Italia, que son los que normalmente aparecen como áreas centrales de la economía propiamente esclavista, se pueden ver. Como por ejemplo, en el siglo I, las expropiaciones de la dictadura de Sila, que generan una reconstitución de la propiedad mediana y pequeña en regiones como Campania y Etruria, en donde lo que aparece como, por un lado, la unidad productiva media (que sería la *villa*) parece más bien producto de estas acciones políticas, del desarrollo de una transformación económica de la apropiación de la tierra, no tanto por la difusión de esclavos, como por una acción política directa, que es la acción de Sila. Esto ocurre también en posteriores

expropiaciones, todas ligadas al conflicto político especialmente en el último siglo de la República, con los primeros triunviros y después con la revancha del segundo triunvirato en la época de Octaviano. La expropiación sistemática aparece como el recurso preferente para destruir al enemigo político, porque justamente es la base de los sectores senatoriales, ecuestres, de los sectores altos de la sociedad. Entonces muchas veces la gran propiedad o la mediana propiedad es producto de estas acciones políticas y no de este proceso económico, demográfico, que aparece planteado en la historiografía tradicional. Esto no quiere que todas las regiones puedan ser adscriptas a este modelo de expropiación política, pero sí algunas, lo cual pone en cuestionamiento el modelo dominante de la construcción de lo que llamaríamos la economía esclavista. Este aspecto debe tenerse en cuenta, ya que es bien importante, pero además lo que yo diría es que, cuando ocurren estos mecanismos de expropiación en la época de Sila, en la de César, en la de Octaviano o en la de Marco Antonio, muchas veces se otorgan pequeñas unidades de propiedad a los veteranos de guerra, depende la calidad del veterano. Cuando se hacía una colonia, lo que se realizaba era una repartición desigual de la tierra de acuerdo al estatus jerárquico que tenían los miembros del ejército. Esto supone la construcción de una colonia que, desde el origen, ya estaba constituida con diferencias económico-sociales. Entonces, lo que a veces podría parecer como una comunidad campesina de propietarios, sería el efecto de un reordenamiento político, cuyo origen no tendría que ver con una comuna de pequeños propietarios campesinos en la región, sino que, nuevamente, podría ser fruto de un aspecto político de la reestructuración de la propiedad de la tierra.

La cuestión del aislamiento, ahora sí más en concreto... La idea podría servir, pero en cierto grado, creo que es peligrosa, porque cuando se plantea justamente la existencia de la *villa*, por lo menos desde las formas actuales de analizar este modelo histórico del desarrollo de la esclavitud, desde la época de Finley en adelante, aparece criticada la idea de que la *villa* sea el espacio donde sólo producen esclavos. Lo que dice un autor como Finley (1974), y después hay artículos de Rathbone (1981), por ejemplo, donde se desarrolla la idea de *villa* como espacio de articulación de diferentes formas de labores, donde el trabajo esclavo es una de las formas, pero después hay trabajo libre de diferentes categorías, que es explotado. Pueden ser los propios *coloni*, que arriendan tierras dentro del fundo, o también otros campesinos libres, quienes en épocas donde es necesario inyectar fuerza de trabajo, como la cosecha o la siembra, trabajan como jornaleros, pero siendo ellos a su vez propietarios o, al mismo tiempo, arrendatarios de otras tierras y no de esas tierras. En realidad, el funcionamiento de la explotación de la fuerza de trabajo es muy complejo y difícil de seguir, sobre todo por la cantidad de datos que nosotros tenemos sobre la manera en que se estructura la organización de la *villa*. Pero justamente eso demuestra que la idea del aislamiento de la *villa* es muy relativa, porque ésta funciona sobre el presupuesto de la existencia de un trabajo disponible. Vos apelás a los agrónomos latinos, como por ejemplo Varrón o Catón, pero éste especialmente es el autor más antiguo y prescriptivo por la forma incluso en que escribe, él dice que, lo primero que hay que hacer para elegir el lugar donde uno va a desarrollar una *villa*, es que haya comunidades locales para poder disponer de *operae*, es decir, del trabajo de estos grupos. Desde el inicio, desde la fundación de la villa, por lo menos la idea de Catón es la apelación a un trabajo presente en la región, es decir, que la *villa* no está aislada, sino que en realidad depende de ese trabajo sin el cual no puede existir.

Del periodo más tardío, de la época de los Antoninos, las cartas de Plinio son un referente fundamental para ver cómo opera esta apelación al trabajo externo a la *villa*, ya que él, a diferencia de los otros autores -esta es una muy buena idea de De Neeve (1992)- no es una fuente prescriptiva.

Los agrónomos indican cómo convendría trabajar la tierra, por eso la creación de un modelo abstracto sobre el sistema esclavista, según ellos hay que también ponerlo entre comillas por lo menos, porque es una apelación a cómo sería la forma más conveniente, pero Plinio, a través de sus cartas, demuestra cómo él administra sus tierras. Entonces, lo que ahí se muestra es cómo funciona una forma de explotar la tierra, en cierta *villa* de Toscana, donde permanentemente hace referencia a los *coloni* en sus cartas, además de los esclavos. Estas unidades productivas son articulaciones donde hay fuerza de trabajo permanente: esclavos, fuerza de trabajo temporaria y arrendamientos. Una de las actividades principales que en las cartas de Plinio aparece, es la necesidad de escuchar a los *coloni*. En algunas cartas, él se queja de no tener tiempo para escribir, esto es lo que más le interesa en el fondo. A veces, él va a estas propiedades suyas para retirarse de la vida política en Roma, porque es un senador y un activo político, y por eso, trata de recluírse en estos lugares para poder escribir, pero se queja de no tener tiempo, porque cada vez que llega a sus tierras, los campesinos *coloni* (y ya no dice que sean sólo los propios, sino que uno puede inferir que a veces, incluso, son *coloni* de las tierras de los alrededores) apelan a él como gran patrono, probablemente como juez, para resolver disputas. Dice: "...me calientan las orejas todo el tiempo con sus pequeños problemas" y dice: "...a veces tienen razón, porque yo he pasado mucho tiempo sin venir a estas tierras". Es decir, él debe cumplir estas funciones. Esto nuevamente es una apelación a la relación con el entorno, no al aislamiento. Creo que esta idea del aislamiento puede ser peligrosa en la medida en que reproduce y, además aparece en tu texto, la representación del esclavo como un ser asocial, es decir, como alguien alienado socialmente, por lo cual, la *villa* compuesta por esclavos es un espacio alienado del entorno. Como la villa no está sólo trabajada por esclavos, esta idea de alienación habría que tomarla entre comillas. Aquí apelo a la producción de muchos historiadores, que analizan la esclavitud moderna en el Brasil, como Florentino Gomes, que destacan las relaciones familiares entre los esclavos, no solamente en el seno de las plantaciones, en lo que los romanos llamaban el contubernio, la alianza directa entre miembros de la familia, en el sentido latino de la palabra, es decir, el grupo de miembros dependientes de la casa, de la *domus*, que establecen relaciones entre sí. La idea del esclavo traído del exterior, plantado en un territorio extraño, entra en contradicción cuando uno piensa o habla de familias esclavas, pero además la apelación a los estudios modernos de la esclavitud demuestran el hecho de que se constituyen familias por fuera de las plantaciones, entre diferentes plantaciones, lo cual rompe con el preconceito que uno tiene de la idea del aislamiento en la plantación. Por supuesto, esto no se puede encontrar en la historia de Roma, pero haciendo una historia comparativa, uno bien podría imaginar que, en una *villa* cuando se reparte la herencia, ahí aparecen familias de esclavos, hijos de esclavos, los *contubernali*, etc. (como aparece, a veces, en los textos jurídicos). Entonces, en estas familias esclavas es necesario ver cómo se reparten entre los sucesores, incluso podían ser familias establecidas con esclavos de otras propiedades, lo cual genera mayores problemas todavía, a lo mejor con los hijos que tienen, etc. Este es un problema que también aparece en la esclavitud moderna. No sería raro hacer esta proyección e imaginarse esto. Siendo así ¿a qué apunta la idea mía sobre esto? a que el aislamiento ni siquiera para los esclavos aparecería forzada por la posibilidad de que se establecieran estos vínculos. Entiendo que aquí hay un presupuesto teórico en el fondo, que es tratar de hacer una contraposición entre una forma de explotación y apropiación de la tierra y otra, pero esto podría ser atacado desde muchas instancias, en la medida en que no haya una muy cuidadosa forma de utilización de la idea. Por lo demás, me parece muy interesante, yo me he circunscripto a este punto central del aislamiento. Creo que este estado de la cuestión es muy equilibrado, porque plantea la renovación historiográfica que se está operando, etc. Considero

que está muy bien informado y que puede generar mucho, solamente indico esto, y me parece que tiene mucha potencialidad. Sostengo que el modelo historiográfico dominante puede y debe ser puesto en cuestión, justamente porque empieza a cerrar cada vez menos, ahora qué es lo que se tiene que poner en su lugar, eso es otra cuestión.

Carlos Astarita: Tengo una cuestión para decir. Estoy haciendo un estudio hace no mucho tiempo. Es una comparación sobre cuestiones que aparecen en el área que investigo, en los siglos X, XI, XII en el norte de España, donde hay prestación personal de trabajo, la corvea, la serna, con lo que aparece en los agrónomos romanos. El centro de mi atención estuvo en el análisis de Columela. Tomé también lo que dicen ustedes, por consulta bibliográfica, por ejemplo de Rodríguez Neila (1999), su estudio de la España romana sobre la existencia en la *villa* de colonos esclavos, *villici* y hombres libres, una variedad de relaciones, como dijo Carlos [García Mac Gaw]. Lo que me llamó la atención es que muchos consejos dados por Columela, Catón o Varrón, tienen un gran paralelismo con prácticas que se hacen en la serna: conducir a la gente al trabajo, impedir la negligencia en el mismo (el que los campesinos si iban a la serna caminaban despacio y había que llevarlos a un determinado ritmo), es decir, ese tipo de control pequeño y permanente, con lo cual se me ocurre que, a lo mejor, muchas de las cosas que decía Columela, se corresponderían tanto a una relación servil como a una relación plena esclavista. Los procedimientos que él planteaba para un esclavo tienen un gran paralelismo con lo que encuentro en la Edad Media para un siervo campesino que no era esclavo, que estaba sometido, sí, a prestación personal de servicio. Ese paralelismo puede hacer pensar que, efectivamente, en la *villa* no todos eran esclavos, sino que podían ser relaciones más mezcladas si lo que dice Columela podría corresponderse a un *casatus*, es decir, a un *servus casatus*.

Carlos García Mac Gaw: Claro, en ese sentido, algo que yo referí y que plantea De Neeve, cobra valor: estos textos se copian a sí mismos, o sea, el modelo de todos es el *Económico* de Jenofonte. Esto es algo que los que estudian literatura, hace rato que lo saben. Pero es importante para nosotros que, sobre esos textos, vamos a sacar inferencias de los mecanismos de la explotación del trabajo y de las relaciones sociales de producción. Hasta qué punto estos textos copian lo que otros textos dijeron, porque son *topoi*, tópicos literarios, y en qué medida hacen una referencia precisa a situaciones concretas. Por supuesto, yo no creo que no la hagan, porque, de lo contrario, no tendrían ninguna circulación, ninguna incidencia social. Pero el criterio de la prescripción se condice con esto, o sea, que son prescripciones generales que, cuando uno apunta específicamente a una región o a una situación histórica precisa por ahí tiene matices. Además, podría decir otra cosa, los textos de los agrónomos latinos que, por lo general, son vistos como las fuentes básicas, en los cuales se explica la existencia del modo de producción esclavista, son textos en los que aparecen otras formas de explotación, pero se ha hecho el enfoque o se ha enfocado el objetivo en el análisis de la esclavitud. En Columela, en el capítulo siete sobre los colonos, dice cómo hay que tratarlos, etc. etc. En Catón, no aparece la palabra *colonus*, sino algunos individuos que podrían ser considerados colonos, arrendatarios, eso es una discusión. Tampoco aparece una sola forma de explotar a los esclavos, otra cuestión interesante para destacar. Catón, Varrón y Columela son utilizados como la fuente para ver de qué modo se organiza la plantación esclavista que se compara con la moderna, pero ellos nombran diferentes formas de explotar a los esclavos. Especialmente en

Catón aparecen los esclavos pastores, la referencia a la necesidad de que se organicen familias esclavas, porque eso mejora las condiciones de los pastores cuando están durante largo tiempo siguiendo los rebaños, etc. Nada hace pensar que solamente piense en las ergástulas, por eso, me parece que esto se relaciona más con la imposición de modelos, que con lo que los propios autores dicen. Son lecturas sesgadas de las fuentes que se adecuan al modelo. Ahora, cuando ese modelo empieza a hacer agua, se empieza a ver que todo esto también está en las mismas fuentes.

Carlos Astarita: Lo que pasa es que hay formas de trabajo servil, mucho más cercanas a la forma de trabajo esclavo. Por ejemplo, hay cosas que son tremendamente llamativas: Columela recomienda que el *villicus* que administra y que los controla, no tiene que ser ni muy joven ni muy viejo. Uno se encuentra con los fueros leoneses o castellanos medievales que recomiendan que el que dirige la operación de reunir al campesino para llevarlo a la serna debía ser un hombre bueno, respetado por la comunidad o cosas por el estilo. O por ejemplo Columela elabora todo un párrafo sobre la comida que se tiene que dar al esclavo, y la normativa sobre la corvea medieval establece cuánto se tiene que dar de comer a los que están trabajando, qué raciones se le tienen que dar, etc. Entonces hay cosas que en la práctica son muy paralelas. Uno puede decir que esto sirve para el trabajo de un esclavo y de un siervo, que también iba a la corvea y, a lo mejor, estaba tres días trabajando en la serna del señor y necesitaba ser mantenido y comer mientras estaba allí, fuera de su *domus*. Eso lo administraban hombres buenos que cumplían la misma función que el *villicus*, incluso a veces con un sistema de premios y castigos y de expulsión del díscolo. Hay toda una serie de cuestiones con un gran paralelismo, lo cual no quiere decir que no podía haber esclavos. Habría también una mezcla de relaciones, incluso un *servus casatus* muchas veces estaba cerca del esclavo de la ergástula.

José Ernesto Moura Knust: “Isolado” –a *uilla* isolada da comunidade– não é um bom termo. Eu preciso arrumar um termo melhor, uma palavra que explique melhor o que eu estou querendo dizer com isso –esse não é um bom termo e é por isso que no texto eu sempre uso isolado entre aspas. Pegando um ponto que Carlos [García Mac Gaw] falou –e acho que a partir daí eu explico melhor o que estou querendo dizer: ele disse que a *uilla* articula formas diferentes de trabalho. Esse é o ponto, eu concordo plenamente com isso. Mas em que sentido? Eu acho que as formas de articulação desse trabalho dependem fundamentalmente do trabalho escravo, da existência do trabalho escravo. E aí, entrando no segundo ponto de crítica –que é importante– da tal alienação social dos escravos: se eles estavam realmente separados da comunidade, se não criavam relações familiares, relações comunitárias mais profundas do que essa ideia clássica de escravo reificado que a gente tem? E é verdade. Mas aí eu tento pensar isso, tento pensar o escravo num processo (talvez aqui seguindo um pouco o Orlando Patterson), a escravidão como um processo social. Ele [o escravo] é retirado, ele é alienado da comunidade e ele é reinserido, mas essa reinserção do escravo na comunidade tem uma particularidade específica: uma tentativa (isso é importante: uma tentativa) de controle do senhor sobre essa reinserção. Obviamente, essa tentativa não vai ser bem sucedida totalmente: o escravo vai achar espaços, o escravo vai achar formas de criar relações sociais, de criar relações familiares... E o senhor vai ter que lidar com essas relações –e vai tentar dominar essas relações também. E aí você tem, por exemplo, criação, os senhores como padrinhos de escravos, e todas aquelas relações que realmente no Brasil hoje se dá muita atenção a esse estudo. Mas eu acho que a gente não pode perder de vista que existe uma tentativa de imposição do senhor, de um controle sobre essa socialização –e essa tentativa de controle sobre a socialização dá o nível

do que a *uilla* é “isolada” (e aí entre aspas, por que realmente não é um termo bom), dá o nível de como essa articulação vai se dar, de maneira distinta do que se daria sem essa forma específica de relação de produção. Esse é o ponto que eu acho que eu tento destacar. Pra pegar uma coisa mais importante que Carlos García Mac Gaw falou sobre essa questão do isolamento: a crítica é válida e realmente o termo não é bom. Eu tenho que explicar isso de uma maneira mais correta. Mas a ideia é essa: a *uilla* sim articula formas de trabalho diferente, dentro da *uilla* existem formas diferentes de trabalho, mas as formas como esses trabalhos se articulam dependem fundamentalmente da possibilidade da existência de escravos, de trabalhadores minimamente, em algum nível, isolados do resto da comunidade rural. Esse é o ponto que eu tentei... Claro, em algum nível esses escravos vão se inserindo nas relações rurais da área. Enfim, isso é possível. Mas eu acho que existe um esforço; por exemplo, em Catão a *uilica* não pode trazer pessoas pra comer na casa. Acho que isso é uma indicação... o que essa *uilica* tá fazendo trazendo gente pra casa? Criando relações comunitárias com a região. E o senhor tenta de alguma forma disciplinar isso. Catão fala muito das relações dos escravos com os vizinhos da propriedade. Eu já tentei analisar nesse caminho, de como ele tenta disciplinar essa relação dos escravos com a vizinhança, nesse sentido de tentar controlar as relações sociais dos escravos, e nesse sentido alienar –mas sempre, claro, num processo de lutas, de conflitos, que o senhor não vai conseguir impor da maneira que ele pretende, que ele realmente pretenderia.

(Fin del bloque)

Bibliografía mencionada en los comentarios

AA.VV. (1977) *Clases y luchas de clases en la Grecia Antigua*, Madrid: Akal.

AA. VV. (1978) *El modo de producción esclavista*, Madrid: Akal.

AA. VV. (1979) *Formas de explotación del trabajo y relaciones sociales en la Antigüedad Clásica*, Madrid: Akal.

AA. VV. (1981) *El marxismo y los estudios clásicos*, Madrid: Akal.

Andreau, J. (2002) “Markets, Fairs and Monetary Loans: Cultural history and economic history in Roman Italy and Hellenistic Grece.” En: Cartledge P., Cohen, E. & Foxhall, L. (eds.) *Money, Labour and Land. Approaches to the economies of ancient Greece*, Londres: Routledge. Pp. 113-129.

Bang, P. (2008) *The Roman Bazaar. A comparative study of trade and markets in a tributary empire*, Cambridge: Cambridge University Press.

de Neeve, P. (1992) “A Roman Landowner and his Estates: Pliny the Younger”, *SIFC*, 10, Pp. 335-344.

Finley, M. (1974) *La economía de la antigüedad*, México: FCE.

Gordon, J. (1964) “Aristotle and the Development of Value Theory” *Quarterly Journal of Economics*, 78. Pp. 115-128.

Hopkins, K. (2002) “Rome, Taxes, Rents and Trade.” En: Scheidel, W. & Von Reden, S. (eds.) *The Ancient Economy*, New York: Routledge. Pp. 190-230.

- Kauder, E. (1953) "Genesis of the Marginal Utility Theory from Aristotle to the End of the Eighteenth Century." *Economic Journal*, 63. Pp. 638-650.
- Rathbone, D. (1981) "The Development of Agriculture in the 'Ager Cosanus' during the Roman Republic: Problems of Evidence and Interpretation." *JRS*, 71. Pp. 10-23.
- Requena, M. (2009) "El status de los labradores en el pensamiento aristocrático ateniense del siglo IV a.C." En: *Actas de las XII Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia (San Carlos de Bariloche, 28-31 de Octubre 2009)*, Universidad Nacional del Comahue.
- Rodríguez Neila, J. (1999) *El trabajo en la Hispania romana*, Madrid: Sílex.
- Roemer, J (1982) "Origins of Exploitation and Class: Value Theory of Pre-Capitalist Economy." *Econometrica*, 50, 1. Pp. 163-192.
- Rubin, I. (1982) *Ensayo sobre la teoría marxista del valor*. México: Pasado y Presente.
- Soudek, J. (1952) "Aristotle's Theory of Exchange: An Inquiry into the Origin of Economic Analysis." *Proceedings of the American Philosophical Society*, 96. Pp. 45-75.
- Ste. Croix, G. (1988) *La lucha de clases en el mundo griego antiguo*. Barcelona: Crítica.
- Therborn, G. (1998) *¿Cómo domina la clase dominante? Aparatos de estado y poder estatal en el feudalismo, el capitalismo y el socialismo*. Siglo XXI.
- Van Johnson (1939) "Aristotle's Theory of Value." *The American Journal of Philology*, 60, 4. Pp. 445-451.
- Vernant, J. (2001) "El trabajo y el pensamiento técnico." En: *Mito y pensamiento en la Grecia Antigua*, Barcelona: Ariel. Pp. 258-261.
- Vilar, P. (1983) "Reflexiones sobre la 'crisis de tipo antiguo'. 'Desigualdad de las cosechas' y 'subdesarrollo'." En: *Economía, Derecho, Historia. Conceptos y realidades*, Barcelona: Ariel.
- Wright, E. (1994) *Clases*, Madrid: Siglo XXI.
- Wood, E. (1988) *Peasant-Citizen and Slave*, London-N. York: Verso.